

## **TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional.<sup>1</sup>**

**Josefa Batista Lopes**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

**Marina Maciel Abreu**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

### **TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional.<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo aborda a inserção das assistentes sociais no mercado de trabalho profissional no Maranhão, considerando a reconfiguração que se processa sob o impacto das transformações ocorridas no país com a implantação e consolidação do neoliberalismo na década de 1990. A discussão sobre a temática centra-se em dois eixos: a) metamorfoses do mercado de trabalho profissional, destacadamente a partir da segunda metade dos anos 1990, quando se entrecruzam impactos da Constituição Federal de 1988 com a Reforma do Estado Brasileiro, ocorrida a partir de 1995 e os processos de flexibilização do trabalho, em que o Estado mantém-se como principal empregador; b) inflexões na cultura profissional, no movimento de constituição histórica da profissão, considerando a questão da identidade profissional.

**Palavras-chave:** Transformações contemporâneas, neoliberalismo, mercado de trabalho profissional, cultura profissional, Serviço Social.

### **SOCIAL WORK CONTEMPORARY CHANGES AND PERSPECTIVES IN THE STATE OF MARANHÃO: Social Worker's incidence on the labor market and the matter of professional culture**

**Abstract:** This paper considers social worker's insertion in the professional work market considering Brazilian market's reconfiguration that occurred due to the the impact of the changes that happened in the country with the implementation and consolidation of the nineties neoliberalism. The discussion about the theme is centered in two axis: a) the metamorphosis of the professional work market mainly from the second half of the 1990's, when there was a crossing process between the impacts of the 1988 Federal Constitution and the 1995 Brazilian State Reform and the processes that made work more flexible even though the State remains being the main employer; b) the inflections on the professional culture and in the movement of the profession's historic constitution considering the matter of professional identity.

**Keywords:** Contemporary changes, neoliberalism, professional work market, professional culture, Social Work.

Recebido em 12.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta discussão funda-se na premissa de que a inserção das assistentes sociais no mercado de trabalho foi reconfigurada sob o impacto das transformações ocorridas no Brasil com a implantação e consolidação do neoliberalismo na década de 1990, no contexto da reestruturação das relações entre capital e trabalho, desencadeada pelo capital, desde o final da década de 1970. Tais transformações produzem profundo impacto nas práticas sociais em geral das quais destacamos, aqui, o campo específico das práticas profissionais e, em particular aquelas vinculadas às políticas sociais. Com o neoliberalismo, estas políticas foram redefinidas em todo o mundo, mediante a (re)configuração do Estado para responder às exigências do capital em crise, impondo um claro retrocesso em relação à tendência constituída nos anos 30, do século passado, quando foi instituído, nos países centrais do capitalismo, o Estado de Bem Estar no âmbito do modelo fordista-taylorista das relações de produção.

Entendemos que essas transformações, efetivadas com o papel preponderante do Estado, reconfiguraram a questão social e atingiram a classe trabalhadora, empregada e desempregada em sua totalidade. Mas há particularidades nos impactos sobre os diferentes segmentos de trabalhadores, segundo a importância estratégica de cada segmento no sistema de produção e na divisão social e internacional do trabalho pela qual, enquanto novos espaços ocupacionais são criados, outros são fadados ao desaparecimento ou à redução e outros são reestruturados. Destacamos que, nesse movimento, a reestruturação das relações entre capital e trabalho atingiu, também, em grande escala, em nível diferenciado e por necessidades particulares das relações de produção, os trabalhadores funcionários da superestrutura, voltados para a reprodução da força de trabalho, como é o caso dos profissionais vinculados às políticas sociais.

No caso específico do Serviço Social destacamos a expressão dessas transformações, na particularidade dessa profissão, em relação ao mercado de trabalho profissional e à questão da cultura profissional dos assistentes sociais, considerando que nessas transformações verifica-se um redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais, materializados através das instituições empregadoras dos assistentes sociais e das condições da prática profissional. Condições essas que incidem profundamente na consciência profissional e política desses profissionais, que se manifesta, entre outras possibilidades, na questão da identidade profissional.

## 2 METAMORFOSES DO MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS:

indicações de tendências no Maranhão

No Maranhão, a incidência das transformações contemporâneas, em relação ao mercado de trabalho do assistente social e à questão da cultura profissional, está ancorada nas transformações ocorridas no país e nas particularidades socioeconômicas, político-culturais e socioespaciais nesta unidade da federação brasileira, desde os anos 1990. Estas transformações têm a marca histórica do movimento que vem sendo desenvolvido desde a segunda metade da década de 1960 e fez do Maranhão, atual, um dos estados que no Brasil mais expressam a expansão do capitalismo nas regiões periféricas, a partir da instalação do capital transnacional no contexto de uma realidade política que tem o domínio de um mesmo grupo oligárquico há 40 anos. Tais fatores são determinantes da entrada desse estado no século XXI como o mais pobre do país, com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humanos - IDH, constando, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2001), entre os quatro estados que reúnem mais da metade da população de miseráveis no Brasil<sup>3</sup>

A literatura existente sobre o processo de transformação no Maranhão, ainda que escassa, mostra que o estado entrou, na segunda metade da década de 70 e a primeira metade da década de 80 do século XX, em um novo momento da era de sua modernização conservadora, preconizada, a partir da segunda metade da década de 60 daquele século, no bojo do “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (FERNANDES, 1987) para o Brasil e, em particular, para a Amazônia. Desde então, essa unidade da federação é aberta, mediante a aliança do capital transnacional com o Estado brasileiro e as elites políticas do Maranhão, para a instalação dos chamados “Grandes Projetos”. Eminentemente agrícola, o Maranhão, que de acordo com o censo de 1970 tinha 74% de sua população de 3.037.135 habitantes no campo (IBGE, 1970), com uma significativa diversidade étnico-racial e uma profunda pobreza e atraso econômico e político, entra em definitivo na rota do capital mundial, precisamente no momento em que este começava a avançar na administração da crise que enfrentara na segunda metade da década de 70 daquele século. Instaura-se, então, no estado, um processo de transformação baseado em dois vetores centrais. O pólo industrial que, constituído por enclaves, abarca desde as grandes e modernas empresas transnacionais como a ALUMAR e a VALE, até a linha de ponta da tecnologia aeroespacial com a implantação, em 1982, do Centro de Lançamento de Alcântara, quando este setor, como diz

Nunes (2004) “desponta como responsável pela circulação de grande quantidade de capital”, passando o Programa aeroespacial brasileiro a visar a inserção do Brasil nesse lucrativo mercado. Conforme a autora

O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno tinha capacidade técnica e operacional para colocar no espaço equipamentos de pesquisa e coleta de dados. Mas havia planos mais arrojados que incluíam, além do lançamento, também a projeção, construção e operação de um programa espacial completo, com o desenvolvimento de tecnologia de veículos lançadores e a produção de satélite com tecnologia exclusivamente brasileira. (NUNES, 2004).

O outro vetor é o agronegócio que teve início no Sul do Maranhão e penetra agora na região do semiárido, devastando as condições ambientais de regiões inteiras ao mesmo tempo em que destrói a agricultura de subsistência<sup>4</sup>, base produtiva histórica da grande massa da população brasileira com uma significativa particularidade no estado.

Estes movimentos impulsionam em todo o estado a expansão da área dos serviços, em decorrência do processo de liofilização dos processos produtivos industriais com a distinção entre as atividades fim e as atividades meios ou serviços que compõem a chamada logística, assim como a ampliação e diversificação das demandas por serviços advindas da criação/recriação dos espaços urbanos. Segundo Oliveira (2003, p.134) a estrutura dos serviços numa sociedade como a brasileira, é muito diversificada, distinguindo-se “numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres”. Há uma relação entre a expansão dos serviços e o impulso à informalidade do trabalho que, teoricamente, foi entendida pelo mesmo autor, quando assinala o “informal” como uma forma *alguém do valor*, considerando o uso da mão de obra criada pelo movimento em direção às cidades – e não uma reserva pré-capitalista – para prover de serviços as cidades que se industrializavam.

Esses processos do desenvolvimento do capital no Maranhão apontam indicações claras no movimento real de que as transformações contemporâneas nesse estado são significativas, a começar pela inversão da concentração demográfica na relação campo e cidade que, conforme o censo de 2000 (IBGE, 2008), entre os 5.651.475 habitantes do estado, registra 59,5% da população na cidade e 40,5% no campo, verificando-se um deslocamento de

29,9% dos 74% indicados no censo de 1970.

Sob o comando do capital, através de grupos econômicos transnacionais e grandes grupos econômicos nacionais incentivados pelo Estado brasileiro, essas transformações atuam sobre toda a sociedade com incidência particular em todos os seus complexos. Mas é sobre o trabalho e a classe trabalhadora, destacadamente os segmentos mais pobres que vivem nas áreas destinadas e buscadas pelo capital, que essas transformações incidem de modo mais perverso em suas linhas de resistência a partir da expropriação da base de ocupação espacial e de subsistência desses segmentos da referida classe (SANTANA, 2003). Neste particular, a questão da terra, no campo e na cidade, valorizada pelas intervenções/investimentos públicos ou privados constitui um elemento de atração ou expulsão de trabalhadores (migração), bem como da diferenciação/distribuição (desigual) espacial da população no tocante às condições de acesso a tais investimentos.

Nesse contexto, com base em levantamento e sistematização de dados, através do Cadastro do CRES/MA -2ª região, (SISCAWF), referente à inscrição dos Assistentes Sociais (ABREU; LOPES; CERQUEIRA et al. 2008) e em resultados de pesquisas realizadas no âmbito do Departamento de Serviço Social da UFMA, (SILVA, 1984; ABREU et al, 1985; CARDOSO, 1998, PEREIRA, 2004), sobre o Serviço Social no Maranhão, permitem-nos supor que a reconfiguração do mercado de trabalho dos assistentes sociais no Maranhão ocorre, fundamentalmente, através de processos que respondem à Reforma do Estado brasileiro nos âmbitos nacional e estadual, nos marcos dos processos de transformação desencadeados no plano econômico, desde a década de 70 do século passado. Esta indicação, como hipótese a ser aprofundada, revaloriza a necessidade de aprofundamento da análise da mediação estatal em sua relação orgânica com o movimento de reestruturação do capital em crise, na compreensão do mercado de trabalho profissional, tendo a reconfiguração das políticas sociais como referência privilegiada. Nesse particular, ganham relevo as estratégias de descentralização/municipalização como princípio da gestão das políticas sociais e referências para apreender os atuais movimentos do domínio do mercado de trabalho dos assistentes sociais, que até o final 1990 esteve fundamentalmente centrado na capital do estado e, desde o início da primeira década de 2000, avança uma significativa tendência para a interiorização do estado<sup>5</sup>.

Os estudos e levantamentos realizados pela equipe da pesquisa, até o momento, sobre

as “Tendências da inserção das assistentes sociais no mercado de trabalho e a questão da identidade profissional no Maranhão” no período 1990/2008, dão indicações de que no contexto das transformações acima referidas, ocorre um rearranjo das instituições empregadoras dos assistentes sociais em face, fundamentalmente, de dois movimentos. O primeiro, refere-se à reforma político-administrativa do Governo do estado do Maranhão, implementada a partir de 1996 sob a orientação das diretrizes político-administrativas e econômicas da Reforma do Estado na esfera nacional. Tem-se que o ideário e o respaldo legal da reforma do Estado brasileiro, intensificada a partir de 1995 na perspectiva do atendimento das demandas e interesses do mercado, parametraram as privatizações das empresas estatais no Maranhão, assim como a implementação dos chamados processos de publicização, que dissimulam as estratégias de privatização das políticas sociais. Essas estratégias de privatização e “publicização” formam a base da chamada gestão descentralizada e participativa que favorecem e estimulam a expansão do denominado terceiro setor, que Montañó (2002) nominou como “padrão emergente de intervenção social”. Resulta, desses processos, o desmonte de muitas instituições tradicionais empregadoras de assistentes sociais, nos planos federal e estadual, embora se deva registrar e encontrar mecanismos de pesquisa adequados para captar um movimento de recuperação de postos de trabalho nas três esferas da administração (federal, estadual e municipal), através de concurso público, particularmente nos últimos anos.

O segundo movimento, diz respeito às estratégias de flexibilização do trabalho, que intensificam os processos de exploração da força de trabalho, com destaque para a terceirização que se intensifica no Maranhão a partir de 1990, aos quais estão submetidos os assistentes sociais, em sua inserção no mercado de trabalho, destacadamente nas Organizações Não Governamentais - ONGs.

Partimos, nesta discussão, da vinculação histórica da prática profissional às instituições da assistência social, saúde e previdência, tradicionais espaços de prática dos assistentes sociais que passam a compor o sistema de Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1998. A implementação desse sistema, nos anos 1990, sob a orientação neoliberal, é marcada particularmente pelo profundo ataque ao sistema previdenciário, principal alvo do neoliberalismo, através da (contra) reforma da previdência que produziram fortes impactos sobre o Serviço Social (BRAGA; CABRAL, 2007); e aponta uma desarticulação entre as três áreas com ênfase,

destacadamente, a partir do governo Lula, na política de assistência social como estratégia de controle da pobreza em detrimento do direito à seguridade dos trabalhadores (FONTINELE, 2007).

No Maranhão, essa tendência se desenvolve fundamentalmente com a implementação de estratégias e programas de assistência de âmbito nacional, atualmente refuncionalizados, com o desmonte das políticas sociais a partir das medidas de descentralização, focalização e privatização como parte da reforma do aparelho do estado que produziu, inclusive, o fenômeno recente de expansão dos postos de trabalho para o interior do estado, conforme indicado antes. A experiência maranhense em relação às medidas de descentralização apontou para a regionalização da gestão pública e para o enxugamento da máquina estatal com a extinção de instituições, privatização de empresas estatais e transformação de instituições sociais em organizações sociais, sobretudo na área da saúde. As organizações sociais passam a integrar a base da institucionalização e expansão do chamado terceiro setor. Tais medidas contribuíram para o agravamento do desemprego e para a precarização do trabalho no setor público e dos atendimentos sociais à classe trabalhadora, sobretudo na agricultura, habitação (PEREIRA, 2004) e previdência, setores com histórica trajetória de absorção dos assistentes sociais; ao mesmo tempo em que se redefinem as formas de inserção profissional na esfera privada com o redimensionamento da intervenção empresarial na reprodução e controle da força de trabalho e da proliferação das ONG que abarcam um amplo espectro de instituições desde as fundações empresariais - referências institucionais da chamada responsabilidade social – a uma diversidade de organizações sociais, além de associações religiosas, comunitárias e similares, muitas delas buscam a construção de alternativas de trabalho e de sobrevivência de vastos segmentos da classe trabalhadora.

Evidenciamos, nesse quadro, a reafirmação da assistência como estratégia governamental de enfrentamento das desigualdades, a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), consubstanciada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), estratégia esta tensionada, por um lado, pela luta em torno da assistência como direito (ABREU; LOPES, 2006) e, por outro, pela redução dos atendimentos sustentados no direito ao trabalho e o revigoramento do padrão de atendimentos fundados na filantropia (OLIVEIRA, 1998). Acrescem-se, a estas indicações, as experiências profissionais inseridas em espaços sócio-ocupacionais conquistados em instituições de mediação

política da classe trabalhadora, como sindicatos e outras, respondendo demandas que vão da linha assistencial à capacitação e formação política dos trabalhadores.

As referências empíricas acima mencionadas e estudos sobre a prática profissional do assistente social no Maranhão (CRESS, 2008, ABREU et al, 1985; CARDOSO et al, 1998) apontam um crescimento das instituições empregadoras de assistentes sociais nesse estado, com a predominância no setor do serviço público, em especial no âmbito da Seguridade Social, embora tenham também ampliado, numericamente, as unidades empregadoras no setor privado.

Deste modo, as metamorfoses no mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais no Maranhão apresentam-se em duas dimensões.

A primeira dimensão refere-se às alterações no perfil das instituições fundadas nos principais eixos da reforma do Estado, no redimensionamento da justiça e na reestruturação produtiva. Destacamos as seguintes expressões do perfil atual dessas instituições: a) o desmonte de instituições no âmbito federal e estadual que, historicamente, demandaram a força de trabalho dos assistentes, como são exemplares a da Legião Brasileira Assistência (LBA), Centro Brasileiro da Infância e Adolescência (CBIA) Companhia de Habitação (COHAB) e várias Secretarias de Estado, com o remanejamento dos assistentes sociais para outras instituições; b) privatização de instituições estatais, com a extinção do setor do Serviço Social, e redução do quadro de assistentes sociais nas empresas, resultantes desse processo; c) municipalização de políticas de assistência e saúde, com ampliação da demanda para os assistentes sociais vinculados a prefeituras e outros órgãos da administração municipal; d) proliferação de ONG e cooperativas com demanda para os assistentes sociais; e) expansão do espaço ocupacional dos assistentes sociais na área sócio-jurídica, a partir de 1998 (ALVES, 2008) com a contratação de profissionais para compor o quadro de diversas instituições ligadas ao Tribunal de Justiça e com a realização de concursos, em 2004 e 2005, e a nomeação das primeiras assistentes sociais aprovadas no concurso, em 2006; e) reestruturação do padrão de organização do processo produtivo e de trabalho no âmbito industrial, comercial e serviços, com introdução de novos protocolos gerenciais e de consumo da força de trabalho, que reduzem o contingente de assistentes sociais nas diferentes empresas<sup>6</sup>, mas ampliam e pulverizam a inserção desses profissionais em um número maior de empresas capitalistas.

Tal movimento redimensiona o quadro das instituições empregadoras, base material da

reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais, que por sua vez sintetizam múltiplas mediações, constitutivas das condições ético-político-ideológicas e materiais dessas instituições, em um movimento que incide sobre a consciência profissional e política dos assistentes sociais, com desdobramentos em relação à questão da identidade profissional e à consciência crítica em torno dos processos sociais que configuram as condições da prática profissional e de trabalho dos assistentes sociais.

A segunda dimensão diz respeito à precarização das condições de trabalho nos marcos dos processos de flexibilização do trabalho, que atingem os trabalhadores de um modo geral, e que, particularmente em relação aos assistentes sociais no Maranhão, expressa-se principalmente mediante: baixos salários comparados com os salários de outros profissionais vinculados às mesmas atividades; vínculos precários com a instituição empregadora, na medida em que permanecem restritas as oportunidades de inserção no mercado de trabalho via concursos públicos; jornadas de trabalho tendem a uma sobrecarga de atividades, considerando, sobretudo, a redução de funcionários em atividades de apoio ao trabalho dos assistentes sociais (cujas atividades em muitos casos não são consideradas como atividades fim), principalmente após as iniciativas de informatização dos protocolos administrativos; limitadas e precárias condições materiais referentes a instalações físicas, equipamentos e recursos materiais, o que contribui para reforçar a subalternização da natureza dos serviços prestados pelo assistente social na hierarquia da divisão sócio- técnica do trabalho.

### 3 INFLEXÕES NA CULTURA PROFISSIONAL E A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

A questão da cultura profissional, transmutada em questão de identidade profissional, tem se apresentado, principalmente, no âmbito da fiscalização do exercício profissional em situações que aparecem no não enquadramento de demandas e requisições profissionais no conjunto de competências e atribuições definidas na lei que regulamenta a profissão e, conseqüentemente, no não reconhecimento de atividades desempenhadas como constitutivas da prática profissional. A questão das atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais tem sido objeto de estudos realizados pelo COFI/CFESS (CFESS, 2005) sobre "O perfil da (o) assistente social no Brasil", as tendências das condições e relações de trabalho (2002), com vista a instrumentalização da fiscalização do exercício e enfrentamento desta questão.

Nesta reflexão destacamos duas ordens de tensões dentre outras com as quais o desenvolvimento profissional se defronta e que estão na base desta questão. Por um lado, encontram-se as exigências históricas quanto à (re) elaboração de respostas qualificadas e adequadas às demandas que são postas e repostas para o Serviço Social pelo movimento contraditório entre as forças sociais que na sociedade exercem o controle do capital e aquelas que lutam pela construção de um controle alternativo como uma necessidade das lutas emancipatórias. (ABREU, 2002; LOPES, 1998). Por outro lado, no campo político-teórico, o avanço das teorias pós-modernas e do multiculturalismo entre os intelectuais das ciências sociais e humanas, desde o final da década de 1990 do século XX, que reforça a questão da identidade como categoria de análise, a partir de uma visão fragmentária da sociedade que acentua a orientação ao individualismo. Tal perspectiva confronta-se com a tendência de apreensão desta categoria no âmbito do processo de formação da consciência profissional e política dos trabalhadores no contexto da lutas de classes.

Seguindo esta linha de raciocínio, confrontamos a centralidade que a categoria da identidade adquire a partir do avanço das teorias pós-modernas e do multiculturalismo no campo das ciências sociais e humanas, nas duas últimas décadas, como foi mencionado, com a perspectiva de análise aqui adotada, sustentada no pensamento marxista<sup>7</sup>. Sob este ponto de vista, busca-se demarcar esta questão no contexto do processo de formação da consciência profissional e política dos trabalhadores, que nos termos gramscianos, revela-se no modo de pensar e de agir, a partir da inserção histórica da classe nas relações sociais, isto é, inscreve-se na base de um movimento mais amplo de constituição de uma nova sociabilidade, uma nova cultura<sup>8</sup>, integrada à luta pela hegemonia na sociedade. Deste modo, situamos e procuramos reelaborar a questão da identidade profissional do assistente social nos marcos dos processos da formação consciência profissional e política desse segmento da classe trabalhadora, considerando a inserção particular desta profissão, como prática de cunho eminentemente educativa no movimento mais amplo de organização/reorganização da cultura, constituindo a própria cultura profissional.

#### 4 CONCLUSÃO

Com base nesta discussão, reiteramos o entendimento de que o mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais no Maranhão, como em todo o país, foi metamorfoseado sob

as determinações dos processos gerais das transformações, produzidas pela reestruturação das relações capital e trabalho que reconfigurou a questão social e do processo particular da Reforma do Estado, que continua o maior empregador dos assistentes sociais.

As inflexões no campo da cultura profissional ao mesmo tempo em que tem gerado inquietações na categoria profissional quanto à possibilidade de perda de espaços e retrocessos profissionais, embora tenha se verificado um aumento significativo dos postos de trabalho para esses profissionais no estado nas três últimas décadas; aponta também a perspectiva de ampliação da inserção profissional nas relações sociais e anima o debate crítico em relação à construção do chamado projeto ético-político profissional do Serviço Social (NETTO, 1999), como uma alternativa profissional que busca a vinculação da profissão com as lutas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora, enquanto referência da emancipação de toda a humanidade.

#### REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista; SANTANA, Raimunda Nonata Nascimento Santana; CERQUEIRA, Lucilene. et. al. *As Transformações Contemporâneas e as tendências do Mercado de Trabalho Profissional do Assistente Social no Maranhão*. 11, São Luís, **Anais...** 2008.

\_\_\_\_\_. *Tendências da inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho e a questão da identidade profissional no Maranhão: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo - 1990/2008*. Projeto. In: ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Maria Aparecida A.F; RODRIGUES, Maria de Lourdes Borges. **Questões Metodológicas do Serviço Social: desmistificação e redimensionamento: Relatório de pesquisa**, São Luís: DESES/UFMA, 1985.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. *A formação profissional do assistente social no contexto da atual reestruturação do capital: respostas e questões das diretrizes curriculares no Brasil*. In: Congresso Mundial de Escuelas de Trabajo Social – 33., 2006. Santiago do Chile. **Anais ...Chile**. IASSW, 2006.

ALVES, Adriana A.; COSTA, Milena L., TRINDADE, Bruna E. L. **O processo de trabalho do assistente social no setor empresarial**.

Trabalho apresentado para avaliação da disciplina Serviço Social e Processo de Trabalho II, ministrada no Curso de Serviço Social da UFMA no segundo semestre de 2008.

BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro. **O Serviço Social na previdência: trajetórias, projetos profissionais e saberes.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei n.º 8.662 de 07 de junho de 1993. Lei da regulamentação da profissão de assistente social. Brasília, 1993. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 7. Região. **Coletânea de leis e resoluções.** 3.ed. Rio de Janeiro, 2001.

CARDOSO, Franci Gomes; GRAÇA, Irlene Menezes. **Questão social e Serviço Social no Maranhão: tendências no mercado de trabalho e formação profissional: Relatório Geral de Atividades,** São Luís: UFMA/DESES, 1998.

COFI/CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão.** Brasília: CFESS, 2002.

Fundação Getúlio Vargas. Mapa do fim da fome no Brasil. Pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Sociais. Disponível em <[www.fgv.br](http://www.fgv.br)> Acesso em: 4 de ago. de 2008.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **O Controle da Pobreza na ordem do capital: a centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal.** Tese de (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - UFMA, São Luís, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 2001. V. 2, 3 e 4.

IBGE. **Censo Demográfico 1970 – População do Maranhão.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 - População do Maranhão.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de ago. 2008.

LOPES, Josefa Batista. **O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade.** 1998. Tese (Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). PUC, São Paulo. 1998.

MÉSZÁROS, István. **A Necessidade do Controle Social.** São Paulo: Ensaio, 1993.  
MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo: A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social.** Brasília, DF: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 1999. Pt.2, P.91-111. (Capacitação em Serviço Social e política social, MÓDULO 1).

NUNES, Graziela Martins. **A Questão Social em Alcântara a partir do CLA: configurações e perspectivas de solução.** 2004. Monografia (de Graduação. Curso de Serviço Social) - UFMA - São Luís, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Adeus às Oligarquias? **Revista Teoria e Debate,** São Paulo, n. 52, dez.2002 / jan. fev. 2003. São Paulo.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Ana Paula. Mudanças no mercado de trabalho do assistente social no âmbito das empresas capitalistas e o redimensionamento das funções. **Anais SBPC,** 2008.

PEREIRA, Giselly Rodrigues. **A Reforma do Estado do Maranhão e Seus Impactos Sobre o Serviço Social: uma análise do caso da Emater no âmbito do desmonte das instituições de política agrária.** 2004. 82p. Monografia (Graduação em Serviço Social). UFMA, São Luís. 2004.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. **Metamorfoses Citadinas: constituição do urbano, disputas territoriais e segregação sócio-espacial em São Luís, Maranhão, Brasil.** 2003. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social.** São Paulo: Cortez: 1984.

TEIXEIRA, Juliana C. Miranda; DUARTE, Renata de Araújo; MONTEIRO, P. Stefanny. **O processo de trabalho do assistente social no âmbito do sistema sócio-jurídico: particularidades da prática junto ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.** Trabalho apresentado para avaliação da disciplina Processo de Trabalho II, no Curso de Serviço Social da UFMA. 2008

## NOTAS

1. Trabalho apresentado na mesa redonda “O TRABALHO E A PARTICULARIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA NAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS, na IV JOINPP, realizada na UFMA, em São Luís/MA, no período de 25 a 28 de agosto de 2009. Expõe resultados de um processo de pesquisa desenvolvido, através do projeto “TENDÊNCIAS DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NO MARANHÃO: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo -1990/2008”, por uma equipe de pesquisadores assim constituída: **Professoras Pesquisadoras - Serviço Social:** Claudia Durans, Célia Soares Martins, Franci Gomes Cardoso, Josefa Batista Lopes (coordenadora), Marina Maciel Abreu (coordenadora), Raimunda Nonata do Nascimento Santana; **Professor Pesquisador - Estatística –** Sílvio Aragão; **Profissional Pesquisadora:** Lucilene Ferreira Cerqueira Guimarães – CRES-MA; **Alunas de Pós-Graduação em Políticas Públicas:** Criatiana Costa Lima, Graziela Martins Nunes, Laurinete Rodrigues, Marlene Torreão, Zaira Sabry Azar e Núbia Maria Dias da Cunha; **Alunas (o) de Iniciação Científica:** Ana Paula de Oliveira Azevedo, Josenilde Oliveira Pereira, Luciano Amorim Mesquita, Maria José Ferreira, Nadja Silva Rodrigues, Suhelen Pereira de Aragão, Juliana Carvalho Miranda Teixeira, Ana Carolina Estrela, Elder Carvalho dos Santos, Lucianna Cristinna Teixeira Soares, Lia Raquel Sousa Teles e Natielly Nayara Barros Coelho. Pesquisa conta com apoio financeiro do CNPq, CRESS/MA 2ª Região e UFMA.
2. Trabalho apresentado na mesa redonda “O TRABALHO E A PARTICULARIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA NAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS, na IV JOINPP, realizada na UFMA, em São Luís/MA, no período de 25 a 28 de agosto de 2009. Expõe resultados de um processo de pesquisa desenvolvido, através do projeto “TENDÊNCIAS DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NO MARANHÃO: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo -1990/2008”, por uma equipe de pesquisadores assim constituída: **Professoras Pesquisadoras - Serviço Social:** Claudia Durans, Célia Soares Martins, Franci Gomes Cardoso, Josefa Batista Lopes (coordenadora), Marina Maciel Abreu (coordenadora), Raimunda Nonata do Nascimento Santana; **Professor Pesquisador - Estatística –** Sílvio Aragão; **Profissional Pesquisadora:** Lucilene Ferreira Cerqueira Guimarães – CRES-MA; **Alunas de Pós-Graduação em Políticas Públicas:** Criatiana Costa Lima, Graziela Martins Nunes, Laurinete Rodrigues, Marlene Torreão, Zaira Sabry Azar e Núbia Maria Dias da Cunha; **Alunas (o) de Iniciação Científica:** Ana Paula de Oliveira Azevedo, Josenilde Oliveira Pereira, Luciano Amorim Mesquita, Maria José Ferreira, Nadja Silva Rodrigues, Suhelen Pereira de Aragão, Juliana Carvalho Miranda Teixeira, Ana Carolina Estrela, Elder Carvalho dos Santos, Lucianna Cristinna Teixeira Soares, Lia Raquel Sousa Teles e Natielly Nayara Barros Coelho. Pesquisa conta com apoio financeiro do CNPq, CRESS/MA 2ª Região e UFMA.
3. O Mapa do Fim da Fome no Brasil, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e divulgado em julho de 2001, aponta que o Maranhão é o Estado brasileiro que apresenta a pior situação de pobreza. Mais de 63% de sua população está abaixo dessa linha, ou seja, com renda mensal abaixo de R\$ 80,00 (oitenta reais). De acordo com a pesquisa, precisariam ser investidos R\$ 143 milhões por mês no Maranhão para se reverter esse quadro. O Piauí é o segundo estado com maior índice de pobreza do País (61,7%), seguido do Ceará (55,7%), Alagoas (55,4%).
4. A destruição da agricultura de subsistência na sociedade brasileira como analisa Oliveira (2003) já fazia parte da estratégia cepalina de superação do subdesenvolvimento, que considerava ser este setor, enquanto expressão do setor atrasado da economia, um obstáculo ao desenvolvimento. A esta tese contrapõe-se o citado autor considerando a referência da industrialização dos 1930 e 1950, em que identifica uma relação funcional entre as formas de subsistência e o setor mais avançado do capital. Aponta que “as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo da reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quando produziram um excedente não-reinversível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana”. (OLIVEIRA, 2003, p.129).
5. Conforme listagem do SISCAFW – CRES/MA, em 03/09/2008, dos 217 municípios do estado do Maranhão 157 contam atualmente com assistentes sociais.
6. Uma indicação dessa redução é mostrada em um levantamento feito por alunas da disciplina Serviço Social e Processo de Trabalho II, ministrada no Curso de Serviço Social, no

primeiro semestre de 2008 (ALVES et all., 2008). No referido levantamento as alunas destacam duas das empresas que depois de 1990 tiveram uma redução de mais de 70% dos postos de trabalho para assistentes sociais: a Vale e a CEMAR. É importante ressaltar que essas empresas foram privadas no período. Na mesma direção de constatação ver Oliveira (2008).

7. Na busca dos fundamentos da pesquisa no pensamento marxista, privilegia-se, em um primeiro momento, as análises de Mészáros (1993:76) em torno da “relação entre a necessidade histórica e a consciência de classe” e de Oliveira (2003) sobre “classe e identidade de classe” em “O elo perdido. Classe e identidade de classe na Bahia”; mas buscando os fundamentos teóricos desse pensamento em seus fundadores, Marx e Engels, e nas contribuições de Gramsci e Lukács.
8. Adotamos neste estudo, a concepção gramsciana de cultura, como modo de viver, de pensar e de sentir a vida, indissociável dos métodos de trabalho (GRAMSCI, 2001), exposta na análise que desenvolve sobre o “americanismo e o fordismo” – expressões paradigmáticas da cultura e hegemonia burguesas no capitalismo monopolista. Sob este ponto de vista a cultura é elemento constitutivo da luta pela hegemonia na sociedade, considerando o nexo orgânico entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral.

#### **Josefa Batista Lopes**

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora Associada II da Universidade Federal do Maranhão, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas.

E-mail: [josefablopes@uol.com.br](mailto:josefablopes@uol.com.br)

#### **Marina Maciel Abreu**

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora Aposentada da Universidade Federal do Maranhão, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas.

E-mail: [maciel.m@uol.com.br](mailto:maciel.m@uol.com.br)

#### **Universidade Federal do Maranhão - UFMA**

Av. dos Portugueses, s/n – Campus do Bacanga.  
São Luís - MA  
CEP 65.085-580